

## ORGANIZAR ACERVOS E PUBLICAR DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO BRASIL DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TRABALHO DE UM HISTORIADOR<sup>1</sup>

Gabriela D'Avila Brönstrup<sup>2</sup>

**Resumo:** a organização de acervos e a disponibilização de documentos foram práticas recorrentes na primeira metade do século XX. Este artigo apresenta um estudo sobre o historiador Rodolfo Garcia (1873-1949), autor fundamental para a compreensão do incremento teórico-metodológico que passou a constituir tais práticas no período. Ele foi um dos primeiros intelectuais preocupados com a divulgação do Sistema de Classificação Decimal de Dewey no Brasil e, em 1914, escreveu a tese *Sistemas de classificação bibliográfica – Da classificação decimal e suas vantagens*, publicada em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários. As concepções de Rodolfo Garcia a respeito do trabalho com documentos serão analisadas por meio de *Escritos Avulsos, de 1973*, obra que reúne introduções explicativas do historiador sobre os conjuntos documentais publicados em dez volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Será dada atenção especial para a problematização dos procedimentos críticos presentes nas introduções explicativas escritas por ele. A partir da análise desse material, busca-se compreender os esforços na divulgação, a crítica documental e a dispersão da narrativa, à luz das concepções de história de Rodolfo Garcia.

**Palavras-chave:** acervos; crítica documental; Rodolfo Garcia.

**Abstract:** the organization of collections and availability of documents was a recurrent practice in the first half of the XX Century. This article presents a study of the historian Rodolfo Garcia (1873-1949), author of major importance to comprehend the theoretical-methodological increase in this practice in the period. He was one of the first intellectuals worried with the divulgation of the Dewey Decimal Classification System in Brazil and, in 1914, wrote the dissertation *Sistemas de classificação bibliográfica – Da classificação decimal e suas vantagens*, published in 1969 by the Associação Brasileira de Bibliotecários. Rodolfo Garcia's conceptions of work with document are analyzed by using *Escritos Avulsos, 1973*, which is composed by explanatory introductions of the historian to the document collections published in ten volumes of the *Anais da Biblioteca Nacional*. Special attention is given to the problem of the critical procedures present in the explanatory introductions written by him. From the analysis of this material, this work aims at comprehending the efforts in the document divulgation and criticism and the dispersion of the narrative in the light of the conceptions of history from Rodolfo Garcia.

**Key words:** collections; document criticism; Rodolfo Garcia.

<sup>1</sup> Versões preliminares do texto foram apresentadas no 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia, que ocorreu de 12 a 15 de agosto de 2013, na cidade de Mariana-MG, e no XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, que ocorreu de 22 a 26 de julho de 2013, em Natal-RN.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Campus de Assis. A pesquisa que resultou neste texto se deu sob orientação da professora doutora Karina Anhezini e contou com financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - PNAP da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

## Introdução

As diversas áreas do conhecimento que utilizam acervos possuem expectativas e práticas peculiares em relação a eles. Tais expectativas e práticas modificam-se no tempo juntamente com a maneira de conceber o próprio ofício. Neste artigo, destacamos o interesse do historiador Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1849) pela organização de acervos nas primeiras décadas do século XX e, por meio desse estudo preliminar, problematizamos a organização de acervos no Brasil e as suas relações com a produção do conhecimento histórico no período.

Rodolfo Garcia nasceu em Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, e graduou-se em Direito no Recife, Pernambuco, onde trabalhou como jornalista, professor de História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando inicialmente como bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Garcia esteve inserido nos principais locais de produção do conhecimento histórico: foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dirigiu a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 1932 a 1945 e foi diretor do Museu Histórico Nacional entre 1930 e 1932, ano em que deu início ao primeiro curso de Museus do Brasil.

Segundo Siqueira, Granato e Sá, em “Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil”:

A idéia de criação de um Curso de Museus remonta à criação do Museu Histórico Nacional – MHN, idealizado por Gustavo Barroso, em 1922. Dois fatos interligados, a criação do MHN e, na gestão de Rodolfo Garcia no museu, o advento do Curso Técnico de Museus, em 1932, gerido posteriormente por Barroso, ainda que separados por dez anos, materializam o nacionalismo característico do contexto das transformações políticas e ideológicas que repercutiram na área cultural, nesse período. (SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, p. 142)

Nas decisões e escolhas que competem ao diretor de um acervo, como a disposição e organização dos documentos ou a aquisição de novas peças, bem como a disponibilização de determinada formação aos funcionários, é possível perceber elementos de como se concebem os saberes envolvidos e a função da instituição. A fundação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio

Pessoa, aprovada pelo Decreto Nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, compõe a construção de um Brasil com as marcas da civilização europeia.

O Estado instituiu projetos e políticas que elegeram, nas décadas de 1920 e 1930, bens móveis e imóveis como patrimônio nacional, iniciativas que acompanharam um projeto mais amplo de fortalecimento da ideia do Brasil-Nação, tendo a modernização e a civilização como componentes de sua identidade. Nesse cenário da década de 1930, quando aumentaram os investimentos para a formação de profissionais e para a criação de universidades<sup>3</sup>, criou-se o primeiro curso de Museologia das Américas, abrindo caminhos para o curso de Museologia da Universidade de Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, onde funciona a Escola de Museologia).

Conforme o Decreto de criação do curso técnico de Museus nº 21.129, de 7 de março de 1932, ele iniciou vinculado à Direção do Museu Histórico Nacional, com a duração de dois anos e com o objetivo de habilitar técnicos para ocupar o cargo de 3º Oficial da instituição. Até então, ser funcionário responsável pela conservação de acervos não contava com formação específica e, no caso do Museu Histórico Nacional, para trabalhar na instituição, era necessário ter indicações de pessoas ligadas ao diretor.

Ao investigar a construção do caráter educativo do Museu Histórico Nacional, Ana Carolina Gelmini de Faria identifica no curso de Museus uma das representações educativas da instituição que merece destaque, pois constituiu uma matriz intelectual dos museus brasileiros à medida em que os profissionais oriundos do curso, titulados como conservadores de museus, disseminaram as concepções do Museu Histórico Nacional para outras instituições e profissionais, configurando o curso de Museus como formação embrionária do que é atualmente a graduação em Museologia, disponível em 14 universidades do Brasil. (FARIA, 2013, p. 104)

No quadro de professores da primeira turma do Curso de Museus, formada em dezembro de 1933, encontra-se Pedro Calmon, professor do curso de Extensão Universitária de História da Civilização Brasileira no MHN. Calmon também se

---

<sup>3</sup> Cabe destacar a criação da Faculdade de Filosofia e Letras em São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Muitas pesquisas têm se dedicado a problematizar a trajetória da institucionalização do ensino superior, bem como os projetos e a constituição dos cursos de História do país, investigando, dentre outros aspectos, a formação dos docentes e as grades curriculares. Dentre elas, destaco dois trabalhos: ROIZ (2012); FERREIRA (2013).

dedicou à mesma cadeira em 1935, na Universidade do Distrito Federal, uma das primeiras do país. Dessa experiência, resultou seu primeiro livro, *História da Civilização Brasileira*.

Pedro Calmon migrou da Bahia ao Rio de Janeiro em 1922, a pedido de seu padrinho Miguel Calmon, para trabalhar como secretário da Comissão Promotora do Centenário da Independência, e, em 1925, foi nomeado conservador do Museu Histórico Nacional.

Em carta enviada por Pedro Calmon a Rodolfo Garcia, no período da gestão deste, há uma sugestão a respeito da disposição de um objeto no acervo, que permite identificar a consideração da Europa como referência estética, buscando representar também o Brasil e, especialmente, as elites brasileiras nesse padrão. Ao expressar a consideração da Máscara de Napoleão como peça de alto valor, Calmon aponta em qual conjunto seria adequado expô-la: “embaixo dos retratos de amigos estrangeiros de D. João VI,” para que formasse um “ambiente europeu”.

Leio na Patrie Suisse que só se conhecem quatro ou cinco máscaras de Napoleão, com a rubrica do Dr. Autommarché. Uma delas é um dos melhores objetos do museu de família do príncipe Vítor Napoleão, em Bruxelas. Portanto a nossa é um objeto de altíssimo valor, que ficaria bem – parece-me – embaixo dos retratos dos amigos estrangeiros de D. João VI, formando ambiente europeu. É uma sugestão, que o Senhor meu caro Dr. Garcia, acolherá como uma certeza de que tenho aí o pensamento. (DAMASCENO, 1970, p. 87)

A organização das salas de exposição do acervo do Museu Histórico Nacional passou por diversas mudanças durante o período em que Rodolfo Garcia foi diretor da instituição. Elas deixaram de ser nomeadas de acordo com as coleções e passaram a ser organizadas levando em conta acontecimentos históricos e personagens considerados relevantes.

As salas principais, por exemplo, foram organizadas do seguinte modo: Arcada dos Descobrimentos (no Pátio de Minerva, logo à entrada do Museu); Colônia (Sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias); Osório, Miguel Calmon<sup>4</sup>, Jóias (Guilherme Guinle); Sala da Nobreza Brasileira e Getúlio Vargas, dentre outras.

---

<sup>4</sup> A doação da Coleção Miguel Calmon por sua esposa Alice da Porciúncula Calmon Du Pin ao MHN, em 1936, foi objeto de estudo de Regina Abreu na obra *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Ao investigar as motivações dessa doação, bem como os

Como assinala Aline Magalhães: “Rodolfo Garcia consolidou a concepção de história do século XIX na prática de escrever narrativas com objetos [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 43) Essa maneira de narrar a história utilizou uma cronologia centrada na tradição portuguesa e na eleição de grandes personagens para representar a polidez da aristocracia brasileira, fazendo com que esses nomes se tornassem exemplos de dedicação à nação.

Nessa organização projetada por Garcia, nota-se o esforço em construir o passado nacional expondo-o em uma continuidade, onde o estabelecimento de sentido entre as peças buscava reconstituir períodos históricos. Tal perspectiva remete às diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, estabelecido simultaneamente à anotação e crítica da História do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dentre as críticas expostas por Capistrano, está a ausência de uma narrativa que encadeasse os fatos, esforço identificado na disposição do acervo programada por Garcia.<sup>5</sup>

Se, por um lado, Garcia seguiu as coordenadas de Capistrano no que se refere ao encadeamento dos fatos por meio dos objetos, observa-se desvios em relação às diretrizes do projeto historiográfico desse autor no que se refere à nova ordenação do tempo na história do Brasil, que, na proposta de Capistrano, deveria ser estudada desde “Os antecedentes indígenas”, como inicia sua obra *Capítulos de História Colonial*, escrita entre 1905 e 1907. (ABREU, 1988) Observamos, assim, que os critérios de classificação e ordenação dos materiais tornam-se indissociáveis da forma de organizar e narrar a história.

Rodolfo Garcia dedicou a maior parte do seu tempo ao trabalho com acervos bibliográficos. Ele foi um dos primeiros intelectuais preocupados com a divulgação do Sistema de classificação decimal no Brasil, criado em 1873 por Melvil Dewey, como analisaremos a seguir.

---

critérios de seleção dos objetos que a compuseram, a autora observa que: “O perfil do titular da coleção é delineado por meio dessa construção modelar de homem público”. (ABREU, 1996, p. 142)

<sup>5</sup> Maria da Glória Oliveira, em trabalho recentemente publicado, problematiza essa relação estabelecida por Capistrano de Abreu com a obra de Varnhagen: OLIVEIRA (2013).

## Classificação bibliográfica e o ofício do historiador

Em 1914, Rodolfo Garcia teve sua tese reprovada no concurso de bibliotecário do MHN. O seu trabalho, intitulado *Sistemas de classificação bibliográfica – Da classificação decimal e suas vantagens*, objetivava apresentar para o público brasileiro a sexta edição, e a mais recente no período, da obra de Melvil Dewey, *Classificação Decimal*.

Em sua classificação, Dewey criou um quadro sistemático de matérias, composto por dez classes que correspondiam às grandes divisões do conhecimento humano, que, por sua vez, se subdividiam em dez subclasses e assim sucessivamente, conforme a necessidade de cada grupo. Cabe observarmos que organizações técnicas também partem de determinadas concepções do conhecimento e, no caso, a classificação de Dewey estava atrelada às definições consensuais do período para cada área do conhecimento. A história não foi considerada disciplina autônoma em 1899, data da sexta edição da obra, e aparece representada juntamente com a Geografia pelo número nove<sup>6</sup>, tendo as seguintes subclasses:

### 9 HISTÓRIA, GEOGRAFIA

- 91 Geografia e viagens
  - 92 Biografia.
  - 93 História antiga.
  - 94 História moderna da Europa.
  - 95 História moderna da Ásia.
  - 96 História moderna da África.
  - 97 História moderna da América do Norte.
  - 98 História moderna da América do sul.
  - 99 História moderna da Oceania. Regiões polares.
- (GARCIA, 1969, p. 23)

A obra *Sistemas de classificação bibliográfica – Da classificação decimal e suas vantagens*, publicada em 1929 no Boletim do Museu Nacional, foi reimpressa em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários com dois objetivos, conforme consta em sua apresentação escrita por Antônio Caetano Dias: um deles era homenagear o “Rodolfo Garcia Bibliotecário”, como intitulou sua apresentação, pois

---

<sup>6</sup> Cabe observarmos também que, no Brasil, os cursos universitários de História, com exceção do curso da Universidade do Distrito Federal, eram integrados à Geografia até 1956, quando foram separados atendendo à Lei nº 2.594, de 08 de setembro de 1955, que dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas faculdades de Filosofia (ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013).

considerava que a atuação de Garcia como bibliotecário não havia sido convenientemente examinada, e o outro era a atualização da obra. Após relatar algumas das atividades de Rodolfo Garcia como bibliotecário, o autor enfatiza as contribuições do “Diretor da Biblioteca Nacional”:

Teve a oportunidade de tomar algumas iniciativas que viriam a ter reflexos decisivos no desenvolvimento da ciência biblioteconômica em nosso país. Como, por exemplo, a reabertura dos Cursos de Biblioteconomia, logo ao iniciar sua administração, em 1932, interrompidos desde o ano de 1923. Alguns anos mais tarde, em 1944, promoveu a Reforma dos referidos Cursos, ampliando suas atribuições, modificando seu currículo e criando bolsas de estudo. (GARCIA, 1969, p. 4)

No mesmo período de incentivos à especialização profissional que possibilitou a criação do curso de Museus na década de 1930, Rodolfo Garcia também se dedicou à reabertura dos cursos de Biblioteconomia, criados por Manuel Cícero Peregrino Silva (1866-1956), diretor da Biblioteca Nacional entre os anos de 1900 e 1924, por meio do Decreto nº 8.835, de 11/07/1911, e extintos em 1922.

É interessante observar que esse curso, bem como o de Museologia, iniciaram com o objetivo de atender à necessidade de formação apenas de pessoas que compunham o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional e, posteriormente, expandiram-se para formar outros profissionais.

O outro objetivo da publicação da tese de Rodolfo Garcia era proporcionar aos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia o contato com um trabalho “altamente especializado”, pois, segundo Antônio Caetano Dias, os fundamentos históricos e bibliográficos permaneciam válidos para o conhecimento da História das Classificações Bibliográficas. Para compreendermos alguns fundamentos dessa tese, apresentaremos pontos nos quais é possível verificar uma preocupação simultânea do autor com a classificação bibliográfica e o ofício do historiador.

Rodolfo Garcia trata inicialmente de algumas formas de organização de livros adotadas antes da elaboração das classificações bibliográficas, momento em que se produziam listas tendo como critério de ordenação elementos como o título ou conteúdo. Rodolfo Garcia observa que as classificações precederam dois séculos ao advento da imprensa e, segundo ele, progrediram de modo simultâneo aos conhecimentos humanos e à indústria do livro. Destacamos essa percepção do autor

sobre o progresso paralelo das classificações, da imprensa e do conhecimento humano, pois ela nos ajuda a compreender que, na sua dedicação à organização de acervos no Brasil, houve também uma preocupação em auxiliar o país a alcançar esse progresso ilustrado.

Na sequência do texto, Rodolfo Garcia apresenta diversos sistemas de classificação, seus autores, características gerais e combinações, apontando, assim, a diversidade de formas de organização. Dentre esses sistemas estão: o de Otto Hartwig, o qual, segundo Garcia, apresenta uma proposta interessante, porém, atende apenas às necessidades de uma biblioteca pequena; e o de J. Schwartz, usado nos Estados Unidos da América, que tinha como inconveniente ser alfabeticamente ordenado, pois causava indistinção entre várias obras do mesmo autor, as quais poderiam receber um único número.

Após as apresentações de outros sistemas de classificação, Rodolfo Garcia atém-se à classificação decimal criada por Melvil Dewey e apresenta suas vantagens, conforme o título da obra indica. Um dos elementos que faz com que o autor perceba esse sistema como o mais adequado para responder às demandas modernas da organização do conhecimento, em consonância com a Conferência Bibliográfica Internacional de 1895, que também o adotou, é a uniformidade que tal classificação possibilitava, podendo ser utilizada em todos os países. Essa classificação não corresponderia apenas às necessidades de acomodação do acervo em uma biblioteca, mas, segundo Garcia, facilitaria a classificação metódica e detalhada das obras.

Ao destacar essa uniformidade, percebemos que o maior mérito da Classificação Decimal de Dewey não estava restrito à organização de acervos nacionais, mas à possibilidade de inserção deles em uma rede internacional de comunicação científica. O interesse por uma classificação “metódica e detalhada” das obras remete à dedicação de Garcia aos estudos históricos e à promoção do acesso a documentos considerados úteis ao historiador para a escrita da história da nação. Como ensina Henry Rousso, ao tratar da relação entre o trabalho do historiador e o arquivo, “a utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de ‘fonte’.” (ROUSSO, 1996, p. 86)

Nos escritos de Rodolfo Garcia, é recorrente a noção do documento como material com potencial de completar a história. Partindo dessa perspectiva, quanto



maior o número de documentos verdadeiros encontrados pelo historiador e utilizados após serem submetidos ao método crítico, mais lacunas seriam preenchidas até que a História estivesse, nas palavras de Garcia, completamente feita. No livro *Evidência da História: O que os historiadores veem*, François Hartog também trata dessas relações, tendo como foco principal as diferentes noções e usos da evidência. Nessa investigação, o autor percebe que no século XIX, momento em que a História é entendida como ciência, as “vozes” passam a ser as “fontes” e as “testemunhas” acreditam assemelhar-se aos historiadores. (HARTOG, 2011, p. 203)

Assim, percebemos que a compreensão da noção de documento e de organização bibliográfica de Garcia estava vinculada a um tratamento metódico desse material e à preocupação com o seu acesso, especialmente no que se refere aos seus usos na pesquisa histórica. Para explorarmos essa ideia, analisamos, a seguir, alguns dos esforços de Garcia na divulgação e crítica documental.

### **Uma prática historiográfica do período em *Escritos Avulsos*: a divulgação de documentos históricos**

O período em que Rodolfo Garcia dirigiu a Biblioteca Nacional, de 1932 a 1945, requer uma análise detalhada a respeito dos fundamentos empregados pelo autor na organização do acervo da instituição e na publicação do *corpus* documental que considerava importante para a escrita da história do Brasil. No entanto, nesse texto, faremos apenas uma rápida análise a respeito de alguns aspectos de seu trabalho com os *Anais da Biblioteca Nacional*, tidos por ele como publicações de maior relevância da instituição.

Logo que assumiu a direção, Garcia dedicou-se a colocar em dia as publicações em atraso e a mantê-las com a periodicidade proposta. Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, além de ocupar o papel de revisor, escrevia as *Explicações*, como denominou os textos que apresentam os conjuntos documentais presentes na publicação. Ao apresentar a proveniência e o conteúdo do material, Rodolfo Garcia dirigiu-se especialmente aos pesquisadores, apontando as potencialidades dos documentos para a pesquisa histórica. Muitos dos textos introdutórios publicados nos *Anais* entre 1932 e 1945 foram reunidos em 1973, ano do centenário de nascimento do autor, e editados sob o título *Escritos Avulsos*. Dentre os

interessantes temas tratados nessas vinte e quatro *Explicações*, atemo-nos, a seguir, à dedicação de Rodolfo Garcia à divulgação documental.

Com um elogio, Rodolfo Garcia inicia a introdução explicativa à fonte publicada no sexagésimo primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1939, intitulada *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi, da corte de Lisboa para a do Rio de Janeiro (1808)*:

O ilustre Sr. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, alto funcionário do corpo diplomático brasileiro, a exemplo de Varnhagen e de Oliveira Lima, tem sabido ocupar os vagares do ofício em úteis pesquisas nos arquivos estrangeiros para a aquisição de documentos que possam interessar à história do Brasil. (GARCIA, 1973, p. 151)

A narrativa de Rodolfo Garcia segue tratando dos arquivos estrangeiros que o ministro plenipotenciário do Brasil, Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo (1879-1947), visitou e da divulgação de documentos que contribuíram para o conhecimento do passado nacional. Ao destacar essa iniciativa de aquisições de documentos, Rodolfo Garcia a trata como um caminho já percorrido por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), que também ocuparam os “vagares do ofício” como diplomatas em busca de documentos.

Após narrar a passagem de Jerônimo de Avelar Figueira de Melo pelo Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria e pelo Arquivo Histórico Colonial, em Lisboa, bem como os materiais lá encontrados, Garcia trata da “colheita romana”, forma como chamou a coleta de fontes feita no Arquivo Secreto do Vaticano, onde Figueira de Melo localizou a *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi*, apresentando também seu autor, secretário da nunciatura, Camilo Luís de Rossi, e mencionando a fidelidade da tradução.

A procedência da fonte geralmente estava entre as primeiras informações contidas nos textos de Rodolfo Garcia, que tinham como propósito apresentar conjuntos documentais. Essa prática se configura como parte das características principais que marcam a profissionalização do discurso histórico do século XX: a definição de regras para a crítica documental. No entanto, a ordem da narrativa de Garcia colocou em um segundo momento a apresentação da procedência, pois, por meio do elogio do trabalho de Figueira de Melo, Varnhagen e Oliveira Lima, o autor deu destaque para duas práticas recorrentes em seu ofício e também associadas à

apresentação da procedência: a motivação para coleta e a divulgação de documentos considerados úteis para a história do Brasil.

Nesse período, uma das principais formas de receber informações a respeito dos documentos, e até mesmo de coletá-los, era por meio dos contatos pessoais mantidos através de cartas. Afonso Taunay foi um dentre os correspondentes com quem Rodolfo Garcia tratou de diversas questões relacionadas ao ofício de historiador. Eram recorrentes as reclamações pela falta de um documento que paralisara determinada obra, posicionamentos a respeito de um livro ou, ainda, as “mexericagens acadêmicas e palpites de candidaturas”.

Em carta datada de 24 de maio de 1935, Taunay avisou que estava mandando um presente<sup>7</sup> para Garcia. Tratava-se de uma coleção de sete fotografias de mapas de Diogo Soares e Domenico Capa. Concluindo a carta, Taunay acrescentou: “Esqueci-me de dizer que os originais desses mapas estão no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Figueira de Melo mandou copiá-los em atenção a mim para o Museu Paulista. Veja que intenção delicada.” (GARCIA, 1970, p. 61) Nessa carta, observamos a preocupação de Taunay em informar a procedência do material enviado a Garcia e dar os créditos da obtenção da cópia, que, segundo ele, fez-se em sua atenção, mas para o Museu Paulista. Essa mediação da documentação para o Museu Paulista<sup>8</sup> deve-se à função de diretor da instituição que Taunay ocupou entre 1917 e 1945.

---

<sup>7</sup> Ao explorar as correspondências que compõem o arquivo pessoal de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venancio dedicou-se especialmente à análise das cartas que foram escritas em agradecimento pelos “presentes de papel”, forma como denomina os livros de autoria de Oliveira Vianna doados por ele. Essa troca de livros e correspondências é compreendida por Venancio no artigo “Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna”, “como uma estratégia de organização e desenvolvimento de suas relações de sociabilidade e principalmente de estruturação de uma comunidade de leitores que garantiria a propaganda e a propagação de suas idéias.” (VENANCIO, 2001, p. 41)

<sup>8</sup> Ana Claudia Fonseca Brefe busca compreender a gestão de Taunay no Museu no livro *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*, e, nesse estudo, percebe as reformulações na instituição como parte de um movimento de especialização que se intensifica no início do século XX. Inicialmente dedicado às ciências naturais, o Museu continha também coleções de história. Nessa nova dinâmica planejada por Taunay para o Museu, está a separação das coleções de história e ciências naturais e o investimento nas narrativas do passado paulista e nacional. Brefe considera a preocupação em obter cópias originais dos documentos que adquiriu para as coleções compreensível, levando-se em conta a forma com a qual concebia o documento histórico, “como um testemunho do passado e, nesse sentido, como matéria-prima indispensável para reconstruí-lo tal como ele aconteceu.” (BREFE, 2005, p. 99) A escritora destaca também que o propósito em relação à documentação colecionada no Museu não era restrito à exposição, mas à constituição de um centro de pesquisa utilizado pelo próprio Taunay em sua escrita da história de São Paulo.

Muitos documentos procurados por Garcia e adquiridos para a Biblioteca Nacional, assim como os adquiridos por Taunay para o Museu Paulista, também podem ser relacionados aos seus próprios interesses de pesquisa ou aos temas e períodos da história do Brasil que consideravam carentes de estudo. No entanto, é interessante observar que tanto Garcia quanto Taunay estão inseridos na constituição de uma prática historiográfica em que “a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa história.” (ANHEZINI, 2011, p. 40) Além disso, o documento não se limitaria à propriedade privada, mas deveria ser disponibilizado aos pesquisadores para a escrita da história nacional, em acervos que representassem a ilustração do país.

Mas o que essa dedicação à divulgação de documentos pode indicar da concepção de Rodolfo Garcia a respeito do “fazer história”? Talvez, vista de modo isolado e sem a devida atenção aos seus usos, não seja possível estabelecer as conexões adequadas.

Desde o primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicado em 1876, quando Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1848-1938) ocupava o cargo de diretor da instituição, já era recorrente a publicação de documentos, catálogos e estudos dos funcionários a respeito do acervo da instituição.<sup>9</sup>

Desse modo, percebemos que a coleta, a divulgação de documentos e a pesquisa não são iniciativas dissociadas da grande parte dos homens de letras que se dedicavam à escrita da história do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, nem mesmo uma missão institucional exclusiva da Biblioteca Nacional. Tais ações tornaram-se práticas recorrentes desde que se quis instituir uma historiografia nacional no país, ou seja, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Tendo em vista que as *Explicações* acompanharam a maior parte dos documentos históricos publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* durante a gestão de Garcia, observamos uma relação complementar entre as atividades, pois, além de legitimar o uso dos documentos que estavam sendo publicados e demonstrar sua potencialidade enquanto fontes, há, nesse texto, um esforço em indicar de que

<sup>9</sup> Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1848-1938) foi bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II onde lecionou, e formou-se também em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lecionando no mesmo curso a disciplina Ciências Acessórias que, nesse currículo, correspondia aos estudos de zoologia e botânica. Foi sócio do IHGB e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (GUIMARÃES, 2006, p. 59-60)

forma tais documentos deveriam ser interpretados e quais os procedimentos, como a crítica interna e externa, adotados no seu tratamento. No entanto, defender tais práticas não significa segui-las a todo momento, como perceberemos na sequência.

### A crítica documental e a dispersão da narrativa

Nas primeiras décadas do século XX, percebe-se um maior rigor no trabalho com as fontes e edição dos textos. Nesse quesito, a referência entre os historiadores brasileiros é Capistrano de Abreu. Segundo Pedro Afonso Cristovão dos Santos, “A tradição de anotação em edições de textos andou lado a lado com o estabelecimento de um corpo de regras, algumas implícitas, outras explícitas, da erudição histórica.” (SANTOS, 2009, p. 135)<sup>10</sup> Interessamos perceber de que forma algumas dessas regras se apresentaram na narrativa de Rodolfo Garcia. Para isso, retornaremos à introdução explicativa de *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi*, dando ênfase aos esforços que podem ser compreendidos como uma revisão factual à medida em que retificavam determinadas fontes cujos conteúdos não correspondiam ao que se entendia por verdade e davam credibilidade a outras. Na sequência, trataremos também de elementos da introdução explicativa feitos nos *Almanaques do Rio de Janeiro*, publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* no quinquagésimo nono volume, em 1937. Pretende-se observar, em ambos os textos, uma busca pela verdade dos fatos e as possíveis relações com a configuração de sua narrativa.

Depois de tratar das viagens de Figueira de Melo, em *Arquivos da Europa*, e de apresentar informações a respeito do documento, nota-se uma divisão no texto. Rodolfo Garcia escreve elementos biográficos de Lourenço Caleppi sem utilizar referências e, em seguida, menciona uma obra da duquesa de Abrantes, Laura Junot, escrita quando acompanhou seu marido, general napoleônico, em missão diplomática à Portugal: *Souvenir d'une Ambassade et d'un séjour en Espagne et em Portugal*, publicada em Paris no ano de 1837. Discordando da forma com que a autora referiu-se ao monsenhor Caleppi, Garcia fez a seguinte crítica:

---

<sup>10</sup> Dentre as diversas pesquisas que tratam do trabalho de Capistrano de Abreu na publicação metódica dos documentos, destacamos: OLIVEIRA (2006, p. 216-239); OLIVEIRA (2013).

Com informações interessantes que não correspondem à verdade senão com o grande desconto que se deve dar à testemunha infidedigna e leviana, de cento por cento, quando escreve que o núncio não quis acompanhar a Família Real, parecendo devotado à causa da França, até que, por último com a esquadra britânica no porto, tomou o singular partido de disfarçar-se em pescador e desaparecer uma bela noite, para ir juntar-se a seus amigos ingleses, a bordo do navio-almirante. (GARCIA, 1973, p. 153)

Com o intuito de comprovar o que diz, Garcia cita um trecho, em francês, do livro de Laura Junot, que sustenta a opinião vista por ele como equivocada e indica a *Memória*, então publicada nos *Anais*, como fonte autorizada a respeito das circunstâncias da evasão e do comportamento de Monsenhor Caleppi. Já as notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que informam a respeito de sua chegada à nova sede da corte portuguesa, são citadas sem qualquer questionamento, indicando a confiabilidade do periódico, “cuja autoridade como jornal oficioso e oficial dispensa qualquer recomendação”. Rodolfo Garcia fez essa afirmação na introdução explicativa às cartas de Joaquim dos Santos Marrocos, também publicadas pelos *Anais*, em 1939.<sup>11</sup>

Rodolfo Garcia conclui a explicação sobre *Memória* justificando as informações escritas por ele a respeito dos aspectos da vida de Caleppi. “Esta sumária biografia do cardeal Caleppi se fez necessária para correção de alguns dados que não andam certos nos autores brasileiros, que têm tratado de sua personalidade.” (GARCIA, 1973, p. 153)

É perceptível nas *Explicações a documentos*, escritas por Rodolfo Garcia, um constante esforço em indicar caminhos de leitura do texto e em apontar outras fontes confiáveis a respeito do mesmo objeto de estudo ou, ainda, alertar para fontes consideradas levianas.

Se, para indicar caminhos de leitura do documento apresentado, Garcia demonstrava a necessidade de investigação e recorria a determinados procedimentos críticos, como a indicação da procedência e a credibilidade da

---

<sup>11</sup> Esse acervo está sob a custódia da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e é formado por 185 cartas, em sua maioria, destinadas ao seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos. Tal conjunto documental foi editado duas vezes. A primeira edição foi feita em 1939, pelos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. Nesse periódico, Rodolfo Garcia presta homenagem a Marrocos por ter sido um dos primeiros funcionários da Biblioteca Nacional. Segundo Garcia, as cópias autenticadas que estão sob custódia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram obtidas e doadas pelo Sr. Luiz Edmundo. A segunda edição do material deu-se em 2008, quando os documentos foram publicados integralmente pela Biblioteca Nacional de Portugal em comemoração ao segundo centenário da vinda da família real ao Rio de Janeiro, com o título *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos*.

testemunha, para retificar um equívoco ou compensar a ausência de informações consideradas essenciais, tornava-se necessária uma dissociação da apresentação dos documentos para narrar uma história suscitada por ele, mesmo que para suprir ausências ou corrigir dados, como no caso da “sumária biografia do cardeal Caleppi”.

Nesses trechos, o diálogo com o documento apresentado, constituído de bibliografias ou fontes sobre o objeto de estudo, dá lugar à fabricação de um monólogo em que apenas a erudição demonstrada em outros momentos parece outorgar as assertivas. Ao vislumbrar a verdade, Garcia parece distrair-se do documento, concedendo autoridade a sua escrita, que dispensa qualquer recomendação, como afirma a respeito das notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Essa dispersão da narrativa, da apresentação do documento à dedicação ao objeto de pesquisa suscitado por ele, tem dimensões ampliadas na *Explicação aos Almanques do Rio de Janeiro*, que tratavam dos anos de 1792 e 1794.

Inicialmente, Garcia discute a procedência do documento copiado da sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa pelo Sr. Luiz Edmundo, levantando a hipótese da autoria do documento e apresentando brevemente seu conteúdo. Tal esforço foi considerado como requisito básico por grande parte dos que se dedicavam à escrita da história nas primeiras décadas do século XX, especialmente, para os editores de documentos.

Esses almanques elencam os nomes das pessoas que compunham o quadro da administração militar, civil, jurídica, eclesiástica e econômica no Rio de Janeiro no final do século XVIII, contendo informações pontuais a respeito da função e da rua em que habitavam, bem como dos censos de casamento, batizado e certidões de óbito de cada freguesia, dentre outros dados. Apesar de os conteúdos abrangerem diversas dimensões da capital brasileira, o documento é sucinto e descritivo.

É possível observar, entre os poucos retornos que Garcia faz a essa documentação apresentada durante o texto, um esforço metódico de definir para que área da história determinadas informações do texto interessam: “A interpretação dos nomes desses logradouros é estudo interessante para a história da cidade” (GARCIA, 1973, p. 110), ou ainda na conclusão da explicação: “Muitas e muitas notícias, além das que são aqui sumariamente apontadas, podem estes Almanques

proporcionar aos estudiosos da história fluminense (antigo estilo), aos quais são especialmente dedicados.” (GARCIA, 1973, p. 120)

No periódico em que a *Explicação* escrita por Garcia foi publicada, visualiza-se um fio, uma linha graficamente impressa, que marca uma ruptura no texto. Incluído, seja pelo próprio autor ou por aquele que exercia a função de diagramador, esse fio apenas dá maior evidência à dissociação que se configura no texto. Se a primeira parte estabelece um diálogo com o documento, interrogando sua procedência na extensão de uma página, após a divisória, trinta páginas são dedicadas às pequenas biografias dos nomes citados nos *Almanaques* e à origem e mudanças nos nomes das ruas.

Em princípio, o texto parece se configurar como um monólogo desvinculado dos *Almanaques* apresentados na margem superior da linha divisória. No entanto, ao finalizarmos essa leitura dos usos documentais de Rodolfo Garcia, percebemos que, na narrativa da história construída pelo autor, ele se utiliza de outras fontes e recorre pouco aos *Almanaques* apresentados anteriormente. O vínculo com a documentação apresentada transpõe o fio que separa o texto somente à medida em que suscita seu objeto, que são as biografias dos nomes das pessoas e ruas do Rio de Janeiro.

Contudo, talvez isso demonstre a compreensão de história de Garcia, onde essas peças, maneira como se referia frequentemente aos documentos históricos, mesmo que necessárias, não seriam o centro de sua narrativa. A centralidade estaria na busca pela verdade e na precisão do passado nacional que a configura e o faz vislumbrar, em alguns momentos, o quebra-cabeça daquela história já completo.

É interessante observarmos ainda, na formação de acervos no Brasil, de modo específico, que na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Histórico Nacional, os esforços não se restringiram à centralização das informações, mas à escolha de quais informações deveriam se destacar e serem divulgadas, conforme os interesses de cada momento.

Na tese a respeito do sistema de classificação bibliográfica de Dewey, Rodolfo Garcia cita Ramiz Galvão como modelo e pioneiro entre os letrados brasileiros que contribuíram para a adaptação do Sistema decimal:



A classificação decimal não cogitou das subdivisões relativas à literatura e História de Portugal e Brasil. Esta lacuna preencheu o ilustrado SR. DR. Ramiz Galvão, quando organizou o catálogo do Gabinete Português de Leitura, pelas necessidades do meio servindo-se do modelo que Dewey instituiu para outros países. (GARCIA, 1969, p. 30)

Ao estudar *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Ana Paula Caldeira percebe que, nesse período, houve uma transformação da instituição em um espaço de investigação e pesquisa para os que se dedicavam a escrever a história nacional. Tal transformação é entendida de maneira vinculada à concepção de Ramiz Galvão sobre a função de bibliotecário, como se denominava no período em que também ocupou o cargo de diretor: “desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas”. Tais ações sintetizam, segundo Caldeira, as principais atribuições de um bibliotecário de acordo com Ramiz Galvão.

Esforços para cumprir essas ações são perceptíveis em sua obra mencionada na citação acima, de autoria de Rodolfo Garcia, *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro: segundo o sistema e classificação decimal de Dewey*, publicada em 1906, na qual há considerações técnicas sobre as diversas vantagens da classificação decimal para as bibliotecas.

Rodolfo Garcia insere-se entre os letrados que se dedicavam à escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX e que consideravam possível fazer história com a condição de que houvesse documento. Tal critério permanece vigente no *métier* do historiador, no entanto, a concepção do documento, os procedimentos e seus usos mudaram. Muitos dos esforços desses letrados voltavam-se para a busca por documentos inéditos, bem como para divulgação dos procedimentos críticos a que deveriam ser submetidos.<sup>12</sup> Nesse sentido, a sistematização do trabalho com acervos, que inclui a classificação desses materiais, foi valorizada pelos que se dedicavam aos estudos históricos nesse período, pois possibilitaria, nas palavras de Galvão, “toda a sorte de pesquisas” e, desse modo, facilitaria também o preenchimento das lacunas na escrita da história do Brasil.

---

<sup>12</sup> A respeito dos usos documentais na historiografia brasileira do final do século XIX e início do século XX, ver: ANHEZINI (2011); GONTIJO (2007); OLIVEIRA (2013).

## Considerações finais

Esse artigo teve como propósito analisar alguns aspectos da organização de acervos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, bem como da divulgação e crítica documental enquanto práticas essenciais para a maioria dos que se dedicavam à escrita da história.

Observamos que a maior parte das pessoas que se dedicavam a tais atividades eram letradas que não possuíam formação específica para o desempenho das funções. Pensando de modo especial a respeito de Rodolfo Garcia, formado em Direito, e Ramiz Galvão, em Letras e Medicina, percebemos que os intelectuais dedicados à organização de acervos no Brasil pertencem a diversas áreas do conhecimento. Talvez Maria da Glória Oliveira nos indique caminhos mais profícuos para essa análise, em seu artigo “Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista”, quando afirma que “não seria fortuito que no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciências compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional.” (OLIVEIRA, 2010, p. 47)

A investigação para apurar a verdade do passado nacional não só permeou os esforços de profissionais de áreas distintas, caso de Ramiz Galvão e Rodolfo Garcia, como incorporou algumas de suas técnicas. O desempenho na Medicina, área de formação de Galvão, requeria investigação em várias etapas de suas práticas, como no caso da identificação de sintomas para elaboração de um diagnóstico. A investigação também era prática fundamental nas inúmeras possibilidades de atuação do Direito, como, por exemplo, na análise de um processo e das provas de argumentação das partes envolvidas.

O estudo do passado nacional requeria investigação minuciosa dos fatos históricos, por se tratar de um conhecimento indireto em que a forma de se chegar ao fato, pactuada pelos que se dedicavam à escrita da história do Brasil no final do século XIX e início XX, era por meio do documento. Ao investigar o passado, não só se analisava o documento, mas buscava-se a aquisição do maior número possível de materiais para dar base à pesquisa, pois esperava-se alcançar a completude da história.

Desse modo, mesmo considerando as especificidades de cada ofício, percebemos que a busca pela verdade do passado, pelo verdadeiro culpado de um crime ou, ainda, pela causa real de uma enfermidade, estando elas explícitas ou implícitas, exigia esforços análogos no que se refere a indagações pormenorizadas e comprovações. Conforme as contribuições de Carlo Ginzburg, no estudo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, tais esforços podem ser compreendidos se os situarmos sobre um mesmo tapete: “O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.” (GINZBURG, 1989, p. 170)

Portanto, observamos que a organização de acervos e a publicação de documentos históricos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX foram trabalhos desempenhados principalmente por aqueles cujos saberes impeliam à investigação para a produção ou aplicação de um conhecimento. Assim, compreendendo a constituição da nacionalidade por meio da ilustração como objetivo comum de várias instituições e letrados nesse período, percebemos que tais práticas não se configuram como especificidade de Rodolfo Garcia, mas como um projeto mais amplo a que pretendeu integrar. Enfim, buscamos demonstrar, por meio do material analisado nesse artigo, que os saberes mobilizados na tarefa de organizar acervos não eram apenas pragmáticos, mas permeados pelos pressupostos teórico-metodológicos daqueles que desempenhavam a função.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.
- CALDEIRA, A. P. S. *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.
- DAMASCENO, D. (org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- DELACROIX, C; DOSSE, F; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FARIA, A. C. G. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros* (Rio de Janeiro 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969.

GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONTIJO, R. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

HARTOG, F. *Evidência da História: O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História social) – UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

MARROCOS, L. J. S. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 56, 1939.

\_\_\_\_\_. *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

OLIVEIRA, M. G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 216-239.

\_\_\_\_\_. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba: Appris, 2012.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996.

SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, p. 142-169, 2008.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 23-47, 2001.

**Artigo recebido em 08 de outubro de 2013. Aprovado em 30 de novembro de 2013.**